

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E SUA IMPORTÂNCIA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

Autor: Sidimar Pedroso Silva
Aluno do curso de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior
Faculdade de Guanambi

RESUMO

A elaboração desta pesquisa tem por objetivo um estudo comparativo entre instituições do ensino público e privado da cidade de Guanambi, na Bahia, analisando qual a importância da aplicação e utilização do Projeto Político Pedagógico, desde a sua elaboração até o processo de reavaliação numa perspectiva participativa, autônoma e democrática. A presente pesquisa se deu por meio de uma abordagem qualitativa de dados, com a aplicação de um questionário aberto aos gestores das instituições foco da pesquisa, apoiada pela pesquisa bibliográfica tomando como base, teóricos renomados como Gadotti (2000), Veiga (2002), Libâneo (2007), Gandim (1999), sem desconsiderar os demais citados no desenvolvimento do trabalho. Percebe-se ao fim da pesquisa a importância de se apropriar do Projeto Político Pedagógico como meio de refletir os verdadeiros anseios, necessidades e possibilidades de se fazer com que a educação aconteça numa perspectiva não excludente e sim emancipadora.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político Pedagógico, Gestão democrática, Educação, Participação e Autonomia.

INTRODUÇÃO

O estudo que envolve questões do projeto da escola e da gestão educacional representa um grande desafio a todos os educadores, em função de sua relevância na utilização de métodos e técnicas adequados e compatíveis que possibilitem alcançarem os seus objetivos por meio de articulações que possam torná-lo eficiente e capaz. Surgido na década de 80 em meio à crise

mundial de organização institucional, com o movimento de democratização vivenciado pelo Brasil e, diante da necessidade de adequar as práticas educacionais à nova realidade da gestão democrática do ensino público, o Projeto Político Pedagógico veio como um importante instrumento para realizar estas ações. O Projeto Político Pedagógico é elemento indispensável para a gestão da escola e imprescindível no planejamento educacional. Na sua elaboração devem ser estabelecidas premissas, tornando-o consistente no alcance de seus objetivos e sua avaliação permanente é essencial para o seu acompanhamento, competindo-lhe um movimento constante de reflexão-ação-reflexão. Embora tido para alguns como burocrático, exigência legal ou decisão política, o Projeto Político Pedagógico tornou-se uma necessidade em busca da melhoria da qualidade de ensino, fator relevante na formação de cidadãos no contexto social vigente. Para tanto, faz-se necessário entender a educação como um ato de reflexão sobre e na ação, de modo que ela venha a ser concebida como processo de libertação e emancipação, uma atividade desafiadora de construção consciente e coletiva que requer mudança nas práticas educacionais. Porém, a fragmentação existente entre teoria e prática mostra que essa concepção de planejamento das ações pedagógicas ainda não é uma realidade na maioria das instituições públicas no município de Guanambi. Problemas relacionados à elaboração e utilização do Projeto Político Pedagógico, assim como limitações e resistências permeiam o desenvolver desse processo, fazendo da ação educativa uma prática isolada e alienante, com trabalhos individualistas e estagnados, fazendo com a atividade perca o sentido por não resolver questões relacionadas às necessidades do ser humano como ser inserido num contexto histórico-social.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA E INTERATIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O processo de construção do Projeto Político Pedagógico, sua dinâmica e conseqüências na educação, tornou-se um grande desafio diante da complexidade social da atualidade. A sua construção não pode ser entendida como imposição, tão pouco como fator sem fim. Ela deve ser pautada numa ação coletiva, que prevaleça os ideais de um todo e não de uma parte de um todo, na busca de melhorias na qualidade da educação que aí está. Assim, “o processo de construção do projeto é dinâmico e exige esforço coletivo e comprometimento, não se resume, portanto, à elaboração de um documento escrito por um grupo de pessoas para que se cumpra

uma formalidade (...)” (VEIGA, 2002, p. 12-13). Os objetivos, metas e estratégias que a instituição pretende ou idealiza fazer, tanto relacionadas às atividades pedagógicas quanto às funções administrativas devem estar definidas no Projeto Político Pedagógico, que passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. Essas ações devem ser definidas de forma coletiva, tendo em mente a realidade que circunda a escola em seu contexto social, político e econômico, sendo de suma importância a participação dos pais dos alunos que frequentam a mesma. Nesse sentido, Gadotti (2000) afirma:

“Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.” (p. 21).

Na construção de um Projeto Pedagógico, é preciso que todos conheçam bem a realidade da comunidade em que se inserem para, em seguida, estabelecer o plano de intenções, definindo sobre a proposta curricular, que deve estabelecer o que e como se ensina, as formas de avaliação da aprendizagem, a organização do tempo e o uso do espaço na escola; a formação dos professores orientada para cumprir as necessidades originadas pelas intenções educativas; e a gestão administrativa que assume a responsabilidade da viabilidade do projeto no alcance da escola que se quer. De acordo com Libâneo (2007, p. 350) a avaliação da organização e da gestão da escola é função primordial, pois acompanha e controla as ações decididas coletivamente, a fim de verificar o estado real do trabalho desenvolvido, conhecendo a tempo as dificuldades podendo assim, encontrar meios de sua superação. Como diz Gandim (1999, p. 107), “um processo de planejamento exige, quando se pretende o bem de todos, que a participação aconteça em cada momento e em cada ação”, tornando um meio mais adequado para assumir posições dentro do grupo, de modo claro, consciente e crítico, visto que em toda ação pedagógica está a questão política, porém acredita-se que conservar o termo político-pedagógico é uma maneira de opor-se mais explicitamente à idéia de neutralidade e objetividade preconizada, mesmo que aparentemente no processo educativo, pela concepção positivista. Segundo Veiga (2002)

“O Projeto Político Pedagógico é chamado de político porque reflete as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão como membro ativo e transformador da sociedade em que vive e, pedagógico porque expressa as

atividades pedagógicas e didáticas que levam a escola a alcançar os seus objetivos educacionais.” (p. 13-14)

Por ser um instrumento de ação política, é imprescindível numa instituição educacional, de modo que venha alcançar sua função social. Por isso, Gadotti (1997) afirma que “não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo e nem tão pouco sem uma mudança de mentalidade de todos os membros de uma comunidade escolar”. O político associado ao pedagógico caracteriza um processo contínuo de reflexão e discussão da escola em busca de meios possíveis à efetivação de sua intencionalidade constitutiva e superação de conflitos. Os envolvidos na construção do Projeto Político Pedagógico são os maiores responsáveis pela condução do processo, atribuindo-lhe significado verdadeiro partindo das políticas relacionadas à transformação de um determinado contexto sócio-educacional.

A GESTÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

Iniciando pelo conceito de gestão democrática como uma prática participativa, administração, tomada de decisão, direção, é conveniente refletir sobre os problemas enfrentados pela escola na perspectiva de organizar o trabalho pedagógico por meio do desenvolvimento de práticas participativas. Um dos pontos centrais do Projeto Político Pedagógico é a forma como se processa o ensino na sala de aula na perspectiva de formar cidadãos críticos e capazes de interagir na vida socioeconômica, política e cultural do país, sendo fundamental para isso, que todos os envolvidos na educação estejam sempre inovando o seu modo de educar e aprimorando os seus conhecimentos por meio da formação continuada, aspecto importante dentro do processo de gestão democrática. Para reforçar essa ideia, Libâneo (2007) “afirma que a qualidade do ensino depende de mudanças no âmbito da organização escolar, envolvendo a estrutura física e as condições de funcionamento, a estrutura e a cultura organizacionais e as relações entre alunos, professores e funcionários” (p. 304). O Projeto Político Pedagógico da escola está inserido num cenário marcado pela diversidade, conseqüentemente não deve existir um padrão que oriente a escolha do projeto da escola. Nessa perspectiva é necessário que haja autonomia da escola para estabelecer, executar e avaliar o seu próprio projeto, assim, com relação à integração e a articulação entre os meios e objetivos, Libâneo coloca que:

“Embora sejam de responsabilidade de todos os membros da equipe escolar, cabe maior responsabilidade, especificamente, à direção e à coordenação pedagógica, as quais, no âmbito da escola, respondem mais diretamente pelas condições e pelos meios de realização do trabalho dos professores na sala de aula”.(p. 307)

A autonomia e a gestão democrática são indissociáveis do ato pedagógico e essenciais no Projeto Político Pedagógico da escola, com pais, alunos, professores e funcionários assumindo suas responsabilidades em busca de um objetivo comum, sendo necessário para isso um planejamento das ações de forma coletiva e democrática, dando oportunidade a todos de participarem da elaboração do projeto. Vasconcelos (1995) faz referência ao planejamento das ações educativas afirmando que “cabe ao planejamento a oportunidade de repensar todo o fazer escolar, como um caminho de formação dos educadores e dos educandos, bem como de humanização, de desalienação e de libertação” (p.92). Desta forma, quando construído de forma coletiva, considerando, inclusive, os Conselhos Escolares, o Projeto Político Pedagógico, assume um importante papel na implementação da escola na nova sociedade do conhecimento, tomando como referência valores éticos de inclusão social e de saberes. Portanto,

“O projeto pedagógico ao se constituir em processo participativo de decisões preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, rompendo com a rotina do mundo pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola.” (Veiga, 1998:13)

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394 de 1996 compuseram o cenário jurídico e legal, ao determinarem a gestão democrática da escola como princípio na forma da lei, contempla como princípio e determina o atendimento às peculiaridades locais, abrindo a participação aos profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola e à comunidade escolar, representada por seus segmentos em Conselhos Escolares ou organizações equivalentes, conforme seu Art.12, no qual estabelece responsabilidades e fixa incumbências das unidades de ensino na elaboração e execução da proposta pedagógica e, no Art. 15, inclui a ampliação progressiva da autonomia pedagógica,

administrativa e de gestão financeira nas escolas. Todos os educadores, professores e especialistas reconhecem a importância do ato de planejar e de pautar a sua prática dentro de um plano em conformidade com o projeto da escola, capaz de interferir na realidade e, se concebido e elaborado de forma correta, possa representar um mediador no processo de mudança da instituição. É necessário realizar um trabalho voltado para resgatar no educador a vontade e o compromisso de repensar e incluir em sua vida o ato de planejar, ao mesmo tempo em que se discute o papel da escola e a necessidade de sua mudança, por meio de projetos, resultante de ações coletivas e participativas, configuradas e formalizadas em um plano que inclua o trabalho de cada professor, cada membro da equipe e que represente a vontade e o querer de quem a mantém e de quem a quer: os seus dirigentes e sua comunidade. As instituições escolares, por prevalecer nelas o elemento humano, precisam ser democraticamente administradas, de modo que todos os seus integrantes canalizem esforços para a realização de objetivos educacionais, acentuando-se a necessidade da gestão participativa e da gestão de participação. Nessa perspectiva, as ações dos profissionais são valorizadas em função de suas iniciativas, seus interesses e suas interações, tornando a escola um ambiente educativo, um espaço de formação e aprendizagem, construído por seus componentes, um lugar em que os profissionais possam decidir sobre o seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão. Como afirma Ferreira (2000):

"A gestão democrática da educação é hoje um valor já consagrado (...). É indubitável sua importância como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização." (p. 82)

Cabe ressaltar ainda que, não só os professores educam, mas todos os envolvidos na instituição realizam ações educativas, embora com responsabilidades e atuações diversificadas que irão contribuir no processo de criação e reflexão do modo de pensar e agir das pessoas. Numa comunidade democrática de aprendizagem, o professor precisa conhecer a estrutura e a organização do ensino, as políticas educacionais e as normas legais, os mecanismos de sua elaboração e divulgação, bem como desenvolver habilidades de participação e de atuação em colaboração com os colegas de equipe. Uma escola bem

organizada e gerida é aquela que cria e assegura condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas que permitam o bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem sucedidos em suas aprendizagens. Neste sentido, Libâneo argumenta que “a organização escolar é tomada como uma realidade objetiva, neutra, técnica que funciona racionalmente e, por isso, pode ser planejada, organizada e controlada, a fim de alcançar maiores índices de eficácia e eficiência” (p. 323). Segundo Libâneo (2007), alguns elementos da organização escolar podem interferir no desempenho dos alunos, como:

“Professores preparados, que tenham clareza de seus objetivos e conteúdos; Existência de projeto pedagógico curricular com um plano de trabalho bem definido; Um bom clima de trabalho, em que a direção contribua para conseguir o empenho de todos; Estrutura organizacional e boa organização de ensino e aprendizagem; Papel significativo da direção e da coordenação pedagógica; Disponibilidade de condições físicas e materiais de recursos didáticos, bibliotecas e outros; Estrutura curricular e modalidades de organização do currículo com conteúdos bem selecionados; Disponibilidade da equipe para aceitar inovações, observando o critério de mudar sem perder a identidade.” (p. 302-303)

Assim, a inter-relação entre organização e gestão da escola e a sala de aula conduz o estabelecimento à melhora da qualidade do ensino, pois a melhoria das práticas de gestão, a participação dos professores e os processos democráticos, somente terão sentido se estiverem associados à melhora das metodologias do ensino e aprendizagem.

A PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA NA GESTÃO ESCOLAR

Falar em gestão democrática nos remete a pensar em autonomia e participação. O principal meio de assegurar a gestão democrática é pela participação que se dá pelo envolvimento de todos os que integram a escola na tomada de decisões e no funcionamento da escola, intervindo coletivamente em prol dos trabalhos a serem desenvolvidos na escola. Ser autônomo é uma tarefa complexa, por remeter à idéia de liberdade total ou independência, enquanto os agentes sociais e as muitas interfaces e interdependências que fazem parte da

organização educacional é que deve ser considerado. Assim, quando bem articulada direciona as decisões que envolvem as mais variadas questões da escola. A participação é outro conceito importante e pode ser exercida em diversos níveis, tanto no planejamento da escola, na execução das atividades, como também no processo de avaliação. A autonomia, segundo Libâneo (2007, p. 329) “é a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprio” e caracteriza o princípio fundamental no conceito de participação. Portanto trata-se de uma questão vital para a gestão democrática no cotidiano da escola. Para fortalecer a importância do envolvimento de todos os membros da organização nesse processo, Veiga (2000) argumenta:

A participação é um elemento político da ação e até garantia de execução e continuação das ações. Vale reiterar que o Projeto Político Pedagógico não existe sem um forte protagonismo dos professores, pesquisadores e alunos, e sem que estes deles se apropriem. É a universidade construindo sua identidade institucional. Para tanto, deveremos usar os princípios da flexibilidade e da autonomia de modo a desenvolver identidades mais distantes da padronização burocratizada, capazes de instituir e implementar projetos político-pedagógicos próprios. (p. 186).

Nessa perspectiva, a autonomia dentro de uma unidade escolar significa a possibilidade de construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico, que esteja de acordo com a realidade da escola, que expresse o projeto de educação construído pela comunidade, em consonância com as normas estabelecidas pela legislação em curso. A autonomia de escola passa pela capacidade da mesma se identificar e se diferenciar daquilo que a envolve, o que implica que ela seja capaz de se relacionar e interagir com o meio que a envolve. Autonomia, portanto, não significa independência, mas sim interdependência.

CONCLUSÕES SOBRE A PESQUISA REALIZADA

O Projeto Político Pedagógico da maneira como foi abordado neste trabalho, nos leva a acreditar tratar-se de uma aprendizagem fundamentada no processo dialético, que possibilita a produção de significados às ações realizadas de forma coletiva. O principal objetivo na realização deste trabalho era comparar as possibilidades e as limitações ou resistências que

permeiam o movimento de uma construção coletiva em instituições de ensino do sistema público e privado de educação no município de Guanambi, bem como a importância dada na utilização do Projeto Político Pedagógico numa perspectiva participativa, autônoma e democrática. A presente pesquisa se deu por meio de uma abordagem qualitativa de dados, com a aplicação de um questionário aberto aos gestores das instituições foco da pesquisa, apoiada pela pesquisa bibliográfica. A abordagem feita aos gestores das instituições deixou claro que o Projeto Político Pedagógico assume papel de relevância dentro da escola, apesar das limitações e dificuldades enfrentadas na sua prática. Os esclarecimentos prestados por parte do gestor da escola pública evidenciou o seu empenho e competência no tratamento das questões voltadas para o projeto da escola, não acontecendo o mesmo com a instituição particular ao fornecer respostas confusas e mal elaboradas. Ao questionarmos sobre o tipo de gestão praticada na escola, ambas as instituições apontaram para a gestão democrática e participativa em que a opinião de todos são levada em consideração nas tomadas de decisões, porém houve uma ressalva por parte do gestor da escola pública ao declarar a impossibilidade de adotar essa prática em função de questões históricas que ainda permeia os modelos de gestão do sistema público de ensino e a realidade hierárquica que a educação vivencia. A autonomia nestas instituições é fator levado em consideração em se tratando de assuntos do ato pedagógico, com exceção, no caso da escola pública, em situações que contrapõem radicalmente as questões de currículo ou que prejudique diretamente o desenvolvimento dos educandos. Direcionadas pelo Projeto Político Pedagógico, cuja elaboração se dá, principalmente pela participação dos membros da escola, foi declarado a pouca ou nenhuma participação dos funcionários e pais dos alunos, contrariando os requisitos da gestão democrática. Sempre que preciso o projeto é reformulado para atender as necessidades vigentes, pois ele deve ser dinâmico, vivo, assim como deve ser a educação. As discussões que giram em torno da elaboração do projeto da escola são registradas em atas e em documentos que compõe o corpo do projeto, conforme declaração do gestor da escola pública. As instituições definiram o Projeto Político Pedagógico assim: Gestor da escola pública: “Resumidamente como instrumento que norteia as ações pedagógicas e administrativas da escola”; Gestor da escola privada: “Como mediador de decisões, conjunto de princípios que norteiam o trabalho da escola como um todo. Auxilia a escola a definir suas prioridades e estratégias”. A existência do Conselho Escolar nas instituições, com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, que se reúnem mensalmente, conforme o regimento ou quando há necessidade, apesar das dificuldades com relação ao tempo disponível para tal, comprometendo a frequência das reuniões, caracteriza um fator relevante dentro do processo

de gestão democrática que é a participação. É fundamental que toda a comunidade escolar tenha acesso ao projeto da escola, porém, pelo número de cópias que a escola dispõe, percebe-se que o manuseio é restrito aos membros da coordenação, sendo repassado aos professores e demais envolvidos na escola, por meio de reuniões. O gestor da escola pública ressalta que o número reduzido de cópias do projeto se dá, principalmente, em função da escassez de recursos. Com relação à aplicação do projeto, o gestor da escola particular afirmou não encontrar dificuldades, contrapondo a resposta do gestor da escola pública ao relatar suas limitações pelo pouco envolvimento por parte de alguns segmentos da comunidade escolar, pouco apoio da Secretaria Municipal de Educação e, sobretudo nas questões relacionadas à disponibilidade de recursos financeiros. A falta de autonomia financeira da escola é hoje um dos maiores empecilhos para a sua aplicabilidade. Ao abordar a questão de que o Projeto Político Pedagógico é uma forma de adotar e aperfeiçoar práticas coletivas e de gestão democrática dentro da escola, o gestor da escola pública fala: “O projeto é uma das ferramentas para esse fim, contudo ele não é o único e deve ser associado a outros instrumentos. Por si só o Projeto Político Pedagógico não tem eficácia nenhuma e sim na forma como o mesmo é implementado”. Ele ainda completa dizendo que considera “o Projeto Político Pedagógico como uma exigência legal, contudo a principal razão é a sua função como instrumento de direcionamento das ações educacionais no âmbito escolar”. Já o gestor da escola privada alega que o trabalho com projetos é uma necessidade, acompanhando as mudanças e a tudo que for necessário para a melhoria da aprendizagem dos alunos. Vários são os benefícios apontados pelos gestores na utilização de projetos na escola, predominando a definição de uma proposta educacional direcionada, que envolve as partes e o todo, orientando e definindo papéis, metas, objetivos a serem alcançados e possibilitando assim uma constante avaliação e retomada dos processos educacionais. Declaram ainda a importância de se apropriar dessa ferramenta como meio de refletir os verdadeiros anseios, necessidades e possibilidades de se fazer com que a educação aconteça da melhor maneira possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político pedagógico é um instrumento imprescindível aos estabelecimentos de ensino, e apesar dos entraves, limitações e resistências, é o melhor caminho para se buscar a melhoria da qualidade na educação, numa perspectiva não excludente e emancipadora. Alguns obstáculos apontados no resultado da pesquisa referem-se, desde a construção do projeto da escola até a sua aplicabilidade, desafiando a capacidade dos envolvidos no processo, principalmente da coordenação e dos professores, na busca da autonomia da escola e da criatividade e libertação do ser humano. É por meio da competência técnica e política que se conquista a autonomia, levando os profissionais da educação a assumir o seu verdadeiro papel na escola que é o de ensinar e ensinar bem a todos, levando a termo objetivos comuns a todo grupo, o que facilitará a efetivação do Projeto Político Pedagógico da escola, importante instrumento da gestão democrática, que orienta e possibilita a autonomia na escola. Outro elemento relevante dentro desse processo é a formação continuada, por promover a competência do grupo. A chave para garantir agilidade às escolas no atendimento de suas necessidades básicas, a autonomia escolar também permite à comunidade o exercício da cidadania através da participação direta na gestão da escola. Mais que um favor prestado a uma ou outra pessoa, o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético, exigindo do profissional da educação uma atuação coerente com o seu saber voltado para o respeito à autonomia e à identidade do educando. Enfim, o Projeto Político Pedagógico assume importante papel no processo de gestão democrática, auxiliando seus atores na produção de novos conhecimentos, superando as dificuldades que surgirão, mas que servirão como base na busca constante de investigação dentro do processo de conscientização e libertação do ser humano, suscitando mentes investigativas, dinâmicas e desbravadoras que buscarão incessantemente a face autêntica, ética e libertadora.

REFERNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A DIMENSÃO POLÍTICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: rumo à autonomia política e pedagógica da escola pública. Disponível em <<http://www.utp.br/mestradoeducacao/vpedagogiaemdebate/pddgd.htm>> acesso em: 18/03/2010

ANDRADE, Rosamaria Calaes de (Org.). A GESTÃO DA ESCOLA. Porto Alegre/Belo horizonte: Artemed/Rede Pitágoras. 2004.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96. Brasília – 1996.

FERREIRA, N. C. (org.) Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez. 2000.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

GANDIN, Danilo. A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO. Petrópolis, R. J: Vozes, 1999.

LIBANEO, José Carlos. EDUCAÇÃO ESCOLAR: políticas, estrutura e organização. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

O PLANEJAMENTO EM EDUCAÇÃO: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm>> Acesso em 18/03/2010.

O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA. Disponível em: <http://200.133.17.5/recife/Projeto_Politico_Ped_Gadotti.pdf> acesso em: 18/03/2010.

OS SISTEMAS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS E A PRÁTICA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: novas possibilidades de concretização. Disponível em: <http://www.rioei.org/deloslectores/1669Leal.pdf> Acesso em: 18/03/2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. PLANEJAMENTO: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 5. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org), Projeto político pedagógico: Uma construção possível. 13ª edição, Campinas, SP. : Papyrus Editora; 2002.